



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**DIANA COSTA DA CRUZ**

**A MULHER NEGRA E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL: OS DESAFIOS E  
ENFRENTAMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2023**

**Diana Costa da Cruz**

**A mulher negra e a discriminação racial: os desafios e enfrentamentos no  
mercado de trabalho**

Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado (o) e apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT, Campus Universitário de Miracema, Curso de Psicologia, avaliada para obtenção do título de Bacharel em Psicologia, aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Orientador: Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento.

Miracema do Tocantins, TO

2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

C957m Cruz, Diana Costa da.  
A mulher negra e a discriminação racial: os desafios e  
enfrentamentos no mercado de Trabalho. / Diana Costa da Cruz. –  
Miracema, TO, 2023.  
28 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Psicologia, 2023.  
Orientador: Ladislau Ribeiro do Nascimento

1. Mulher negra. 2. Racismo. 3. Machismo. 4. Trabalho. I. Título

**CDD 150**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de  
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que  
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime  
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha  
catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

DIANA COSTA DA CRUZ

A MULHER NEGRA E A DISCRIMINAÇÃO RACIAL: OS DESAFIOS E  
ENFRENTAMENTOS NO MERCADO DE TRABALHO

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus de Miracema, Curso de Psicologia foi avaliada para obtenção do título de Bacharel em Psicologia e aprovada em sua forma final pelo Orientador e pela Banca Examinadora.

Data de Aprovação: 10/07/2023

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Ladislau Ribeiro do Nascimento – Orientador, UFT

---

Prof. Dr. Francisco Gonçalves Filho – Examinador, UFT

---

Prof. Dra. Juliana Biazze Ribeiro – Examinadora, UFT

## **AGRADECIMENTOS**

Quero nesta etapa da minha vida, expressar meus agradecimentos às pessoas importantes que participaram direta ou indiretamente deste processo de formação aos quais sou extremamente grata.

A minha mãe Ana Cássia Costa da Cruz que me ensinou as verdades da vida que foram base para minha caminhada!

Aos meus filhos Ana Vitória, Daniel Victor e David Anthony, que são o meu orgulho, e que me apoiaram, ajudaram e tiveram paciência comigo nessa jornada, muito obrigada.

A minha querida amiga Mirna Gomes, por estar sempre ao meu lado e topar todas as minhas loucuras e além de me emprestar o seu ombro em todos os momentos, me emprestar sua família também, muito obrigada te amo muito.

Ao meu irmão mais velho Gean Carlos Cruz, que sempre me deu bons conselhos e bons exemplos.

A minha irmã Érica, que é minha grande amiga e companheira de todos os momentos.

As minhas cunhadas Ana e Eliená, que as amo muito.

A todos os meus irmãos, Beatriz Cruz, Cintia Regina Cruz, Heitor Cruz, Leandro Cruz, Marta Cruz. Amo vocês.

Aos meus sobrinhos Eliane e Leandro Paulo, que também fez parte desta linda jornada.

A todos os meus colegas de turma, principalmente Auriene, Livia e Samuel, que sempre me deram forças e foram de uma grande parceria tanto acadêmica como na minha vida pessoal, e aos demais agradeço muito por ter conhecido vocês, cada um contribuiu de forma significativa tanto para a minha vida pessoal como na minha vida acadêmica. Obrigado pessoal!

Ao meu orientador Ladislau Nascimento por ter me acompanhado nessa jornada e a minha banca de TCC Francisco Gonçalves e Juliana Feitosa pelas pontuações e correções, aos meus professores Carlos Rosa, Carolina Pedreira, Eloy San Carlo, Cristina Vianna, Glauca Rocha, Jamile Luz, Juliana Feitosa, Ricardo Monteiro e Sarug Dagir pela compreensão, e incentivo que tiveram comigo, meus agradecimentos.

Os olhos de nossos antepassados, negras  
estrelas tingidas de sangue, elevam-se das  
profundezas do tempo cuidando de nossa  
dolorida memória.

Conceição Evaristo

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os principais fatores que operam na perpetuação das desigualdades enfrentadas pela mulher negra no mercado de trabalho. A pesquisa consistiu em uma revisão bibliográfica, pois buscou-se analisar o objeto de pesquisa por meio do acesso a dados e informações presentes em artigos, livros e outras literaturas. A revisão foi realizada a partir do acesso às bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde–Psicologia Brasil (BVSPsi) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) além de consultas a publicações importantes na literatura para o debate de raça e gênero. Os critérios de inclusão adotados foram: trabalhos em língua portuguesa e língua espanhola publicados entre 1985 e 2022; análises sobre gênero, raça e racismo, feminismo e feminismo negro, mercado de trabalho, elaborados nas áreas de Psicologia e ciências humanas. Os critérios de exclusão empregados foram: estudos realizados em língua estrangeira; artigos em que o objeto de análise não versa sobre racismo e as questões acima relacionadas. A década de 80 foi importante porque o feminismo negro ganhou força no Brasil, a partir dessa década. Foi possível identificar a dificuldade de mulheres negras ascender profissionalmente tanto pela dificuldade de acesso a um ensino de qualidade ou quando tem esse conhecimento ser preterida por conta de uma ideia de que ela não tem a capacidade de exercer essa função. Portanto, identificou-se que o racismo é um fator fundamental na perpetuação desse ciclo, de empregos subalternos, sobretudo, em relação a mulher negra que acaba sofrendo com a dupla discriminação por raça e gênero.

**Palavras-chave:** Mulher negra. Racismo. Machismo. Trabalho. Feminismo.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the main factors that perpetuate the inequalities faced by black women in the job market. The research consisted of a bibliographic review, as it sought to analyze the research object through access to data and information present in articles, books, and other literature. The review was carried out by accessing the databases of the Virtual Health Library–Psychology Brazil (BVSPsi) and Scientific Electronic Library Online (SciELO), in addition to consulting important publications in the literature for the debate on race and gender. The inclusion criteria adopted were: works in Portuguese and Spanish published between 1985 and 2022; analyses on gender, race, and racism, feminism and black feminism, and the job market, prepared in the areas of Psychology and human sciences. The exclusion criteria used were: studies carried out in a foreign language; articles in which the object of analysis does not deal with racism and the issues listed above. The 1980s were important because black feminism gained strength in Brazil from that decade onwards. It was possible to identify the difficulty of black women in advancing professionally, both due to the difficulty of accessing quality education or when this knowledge is overlooked due to the idea that they do not have the capacity to perform this function. Therefore, it was identified that racism is a fundamental factor in perpetuating this cycle of subordinate jobs, especially in relation to black women who end up suffering from double discrimination due to race and gender.

**Keywords:** Black woman. Racism. Machismo. Work. Feminism.



## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>09</b>
<b>2</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>3</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO.....</b>	<b>12</b>
<b>3.1</b>	<b>Procedimentos para a coleta de dados.....</b>	<b>12</b>
<b>4</b>	<b>RACISMO E MACHISMO ESTRUTURAIIS: A LUTA DA MULHER NEGRA É MAIS COMPLEXA.....</b>	<b>14</b>
<b>4.1</b>	<b>O feminismo negro x o patriarcado branco.....</b>	<b>19</b>
<b>5</b>	<b>A MULHER NEGRA E O TRABALHO: DE ESCRAVIZADA À MÃO DE OBRA DOMINADA.....</b>	<b>22</b>
<b>5.1</b>	<b>Dados atuais sobre a desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho.....</b>	<b>24</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>26</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>27</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

[...] Ao falar de mulheres negras na realidade brasileira, estou refletindo sobre mim mesma, saindo do silêncio em que, tenho certeza, está a quase totalidade das mulheres brasileiras, que convivem numa sociedade etnocêntrica, racista e sexista, que abusa de uma linguagem que veio de longe, que exprime ideias e conceitos alheios à realidade global do pai, além de projetar sobre os demais segmentos populacionais uma série de rótulos e categorizações. Penso aqui como sujeito de minha própria história, com direito a voz e vez.

(Helena Teodoro, 1996)

O interesse pela temática surgiu a partir de minha realidade como mulher negra duplamente afetada: pelo machismo e pelo racismo, sofridos por mulheres negras inseridas no mercado de trabalho brasileiro, da inquietação enquanto profissional do serviço social e atualmente como estudante de uma universidade pública do curso de psicologia, pois acredito que nossas escolhas também sejam um ato político, principalmente, por se tratar de uma questão relevante à sociedade de um modo geral.

Eu, como mulher negra, escrevo com palavras que descrevem minha realidade, não com palavras que descrevem a realidade de um erudito branco, pois escrevemos de lugares diferentes. Escrevo da periferia, não do centro. Este é também o lugar de onde eu estou teorizando, pois coloco meu discurso dentro da minha própria realidade (KILOMBA, 2019, p.59).

Portanto, a escolha do tema justifica-se por uma aproximação e identificação que foram construídas numa trajetória de âmbito pessoal, profissional e de militância política e leva em consideração a minha vivência nesse espaço que é tão contraditório, pois está permeado de ideologias do grupo dominante, constituindo-se num espaço de racismo institucional.

As leituras produzidas por autoras/es negras/os que abordam questões étnico-raciais, as minhas vivências enquanto mulher negra e as dificuldades encontradas por outras mulheres negras de minha convivência ao se inserirem no mercado de trabalho, direcionaram a minha escolha por esse tema.

Esta pesquisa foi realizada para contribuir com a história das mulheres negras, em um despertar de uma consciência coletiva diante da discriminação racial, do racismo e do machismo no mercado de trabalho que ainda persistem no tempo presente.

## 2 INTRODUÇÃO

O Brasil foi o último país do continente americano a abolir a escravidão. Para compreender esse período é preciso não esquecer os navios negreiros os objetos de tortura e lembrar que a abolição foi lenta e um processo dolorido. A partir de meados do século XVI e, oficialmente, até 1850 – data da lei que aboliu o tráfico de escravos negros –, chegaram ao Brasil milhões de pessoas vindas de diferentes partes do continente africano. Esse fato histórico, deixou muitas marcas na população afrodescendente e segundo sociólogos, historiadores e pesquisadores o processo de exclusão que cruzou os séculos acarretou o destino social, econômico, político e cultural desta população (SOUZA orgs, 2020, p. 48-50).

Segundo Nascimento (2016),

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes. (NASCIMENTO, 2016, p.42)

O Brasil é um país multiétnico, formado por uma vastidão de povos e culturas diferentes, porém sempre foi marcado por grande discriminação, seja ela, por gênero ou por raça. Sendo a população negra a que enfrenta as maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal e se colocarmos o recorte de gênero fica evidenciado que a posição da mulher negra no mercado de trabalho se dá de forma desigual e hierarquizada.

O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero.” (DAVIS, 2016, p. 22)

A condição de vulnerabilidade social da mulher negra remonta ao período escravista e ao processo de substituição da força de trabalho escravizada pela assalariada. Segundo Davis (2016), o sistema escravista definia o povo negro como propriedade e as mulheres eram vistas como unidades de trabalho lucrativas para seus proprietários. (DAVIS, 2016).

A mulher escravizada era submetida a todas as formas possíveis de exploração, servindo como fonte de renda para seus senhores, além de ser obrigada a servir de mercadoria sexual aos senhores. Ademais, não bastassem os terríveis castigos, abusos sexuais e violência a que eram submetidas, as mulheres escravizadas exerciam outras atividades, assim como “escravas ganhadeiras”. (BELL HOOKS<sup>1</sup>, 2019)

O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. (DAVIS, 2016, p. 21)

Refletindo sobre essa trajetória de lutas e sofrimentos nos leva a se perguntar: por que a mulher negra enfrenta dificuldade não só na progressão de carreira, como também no ambiente acadêmico e a mulher de pele clara tem mais facilidade nas oportunidades e nos acessos aos espaços, mesmo que ambas possuam as mesmas qualificações? Kilomba (2019, p. 61) afirma que:

Quando finalmente tive meu último encontro com uma das diretoras no departamento de registro, ela sentou na minha frente, meus documentos nas mãos e, de maneira persuasiva, perguntou-me *se eu tinha certeza absoluta que queria me inscrever* como candidata ao doutorado. Ela explicou que *eu não precisava*, e adicionou que eu deveria considerar a possibilidade de pesquisar e escrever minha tese em casa. A “casa” a que ela se referia é invocada aqui como a margem. Eu estava sendo convidada a permanecer “em casa”, “fora” das estruturas universitárias, com o status não oficial de pesquisadora (KILOMBA, 2019, p. 61).

Historicamente, a população negra foi lançada ao descaso pelo poder público, sem qualquer tipo de assistência de modo que isto trouxe impactos até os dias atuais tanto para o homem quanto para a mulher negra. E buscando pensar nesses impactos o presente trabalho apresenta o tema “A Mulher Negra e a Discriminação Racial: os desafios e enfrentamentos no mercado de Trabalho” e destaca como objetivo geral: analisar os principais fatores que operam na perpetuação das desigualdades enfrentadas pela mulher negra no mercado de trabalho.

---

<sup>1</sup> bell hooks, assim mesmo, em minúsculas, é o pseudônimo escolhido por Gloria Jean Watkins em homenagem à sua avó. O nome escolhido, grafado em minúscula, é um posicionamento político da recusa egóica intelectual. (FGV, 2021)

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi delineada utilizando-se o método de abordagem qualitativa, a partir de um estudo do tipo analítico-descritivo. De acordo com Martinelli apud Prates (2007), esta abordagem busca conhecer as trajetórias de vida e as experiências sociais dos sujeitos, o que pressupõe uma disponibilidade e real interesse de parte da pesquisadora em vivenciar o interesse pela pesquisa. Utilizamos como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica.

Minayo (2004) ressalta que a pesquisa qualitativa “trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Lembra ainda a autora que, na abordagem qualitativa é possível um maior aprofundamento e abrangência da compreensão, seja de um grupo social, de uma organização, de uma política ou de uma representação. Sendo assim, o seu critério não é numérico e a amostra ideal é aquela que representa o grupo social mais relevante.

Analisar, compreender e interpretar um material qualitativo é, em primeiro lugar, proceder a uma superação da sociologia ingênua e do empirismo, visando a penetrar nos significados que os atores sociais compartilham na vivência de sua realidade (MINAYO, 2014, p. 299).

O presente trabalho está estruturado em 4 partes. A primeira parte apresenta uma visão do tema investigado, especificando o percurso metodológico desenvolvido a partir da bibliografia pesquisada; a segunda parte descreve o Racismo e o Machismo estruturais: a luta da mulher negra é mais complexa; A terceira parte vai explanar sobre A mulher negra e o trabalho: de escravizada a mão de obra assalariada dominada; e a quarta e última parte apresentamos a conclusão do TCC.

#### 3.1 Procedimentos para a coleta de dados

A revisão foi realizada a partir do acesso às bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde–Psicologia Brasil (BVSPsi) e Scientific Electronic Library Online (SciELO) além de consultas a publicações importantes na literatura para o debate de raça e gênero. Para a realização do levantamento, os seguintes descritores foram

utilizados: (1) Racismo; (2) Mulher Negra; (3) Feminismo Negro; e, (4) Mercado de Trabalho.

Os critérios de inclusão adotados foram: (1) trabalhos em língua portuguesa e língua espanhola, publicados entre 1985 e 2022; (2) análises sobre gênero, raça e racismo, feminismo e feminismo negro, mercado de trabalho, elaborados nas áreas de Psicologia e ciências humanas. Os critérios de exclusão empregados foram: (1) estudos realizados em língua estrangeira diferente da mencionada acima; (2) artigos em que o objeto de análise não versa sobre racismo e as questões acima relacionadas.

A década de 80 foi importante porque o feminismo negro ganhou força no Brasil, a partir dessa década com o III terceiro encontro Feminista Latino-Americano, realizado em Bertioga em 1985, foram incluídas publicações datadas desde esse ano pois seria importante compreender como se deu toda a trajetória de lutas e os avanços e retrocessos ocorridos até o presente momento.

Primeiramente foram lidos o título e o resumo de cada artigo e os livros encontrados através das pesquisas nas bases de dados utilizadas. Em seguida, a partir dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionadas as publicações a serem utilizadas para a revisão bibliográfica. Foram selecionadas doze publicações, entre artigos e dissertações, que foram devidamente lidos e fichados.

A leitura dos trabalhos foi norteada pelas seguintes questões: (1) Quais as desigualdades étnico-raciais e de gênero se expressam no mercado de trabalho? (2) Quais os fatores histórico-sociais repercutiram no processo de inserção da mulher negra no mercado de trabalho? (3) Quais as atuais condições de inserção da mulher negra no mercado de trabalho? (4) Como o racismo, a discriminação racial e o machismo atingem a mulher negra no mercado de trabalho?

## 4 RACISMO E MACHISMO ESTRUTURAIS: A LUTA DA MULHER NEGRA É MAIS COMPLEXA

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. A máscara que 'Anastácia' era obrigada a usar. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do 'sujeito negro', instalado entre a língua e o maxilar e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores 'brancos' para evitar que africanas/os escravizadas/os comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar de silenciamento e de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os 'Outras/os': Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar?

(KILOMBA, 2019, p.33)

A realidade apresentada pela Grada Kilomba (2019), no seu livro Memórias da Plantação nos leva a refletir sobre o sofrimento vivido não só pela Anastácia como por todos os escravizados que tiveram suas vidas roubadas, sofreram tentativas de apagamento de suas culturas e foram silenciados, quando não mortos por conta de sua cor.

A escravização no Brasil, se dá da seguinte forma. No período de 1500 a 1534, os portugueses chegam ao Brasil. E quando os portugueses chegaram, quem estava no Brasil eram os índios. Então eles são os primeiros que os portugueses tentam colonizar e escravizar, fazendo com que, segundo Nascimento (2016), ocorresse o início do extermínio da população indígena.

As populações indígenas no começo da colonização, conforme as estimativas mais autorizadas, somavam cerca de dois milhões de seres humanos. Atualmente, como resultado ou da extinção direta, com ou sem violência, ou dos métodos de liquidação sutis e indiretos, aqueles números reduziram-se consideravelmente: não excedem a duzentos mil nos cálculos mais otimistas. Este extermínio das populações indígenas do Brasil constitui ainda hoje um explícito objetivo do governo brasileiro (NASCIMENTO, 2016, p. 37).

Os escravizados africanos, foram trazidos para o Brasil a força para serem escravos, num processo de diáspora. Diáspora é um movimento migratório forçado. Então, nesse movimento migratório forçado dos negros, nós tivemos pelas estatísticas



oficiais entorno de 4 milhões de africanos, que vieram para cá para serem escravizados, fora as pessoas que morreram. Porque o traslado, digamos assim, para poder chegar até o lugar no Brasil, não era de primeira classe, eles eram colocados no fundo do navio, e deixados lá para morrer, não tinham comida, não tinham nada. Quem sobrevivesse, chegava. Quem não sobrevivesse era jogado dentro do mar.

É quase impossível estimar o número de escravos entrados no país. Isto não só por causa da ausência de estatísticas merecedoras de crédito, mas, principalmente, consequência da lamentável Circular n. 29, de 13 de maio de 1891, assinada pelo ministro das Finanças, Rui Barbosa, a qual ordenou a destruição pelo fogo de todos os documentos históricos e arquivos relacionados com o comércio de escravos e a escravidão em geral. As estimativas são, por isso, de credibilidade duvidosa. Há uma estimativa cujos números me parecem abaixo do que seria razoável, dando 4 milhões de africanos importados e distribuídos conforme as seguintes proporções, aproximadamente: 38% para o porto do Rio de Janeiro, de onde eles foram redistribuídos para os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás; 25% para o estado da Bahia; 13% para o estado de Pernambuco; 12% para o estado de São Paulo; 7% para o estado do Maranhão, e 5% para o estado do Pará (NASCIMENTO, 2016, p. 43).

Quando nós falamos de pessoas, de africanos que foram escravizados no Brasil, é importante, primeiro que a gente diga que eles foram retirados do seu continente, escravizaram essas pessoas. Tornaram o seu modo de viver basicamente insustentável. As pessoas não podiam mais praticar suas religiões, elas não podiam mais falar em seu próprio idioma. E tentaram transformar a escravidão em “trabalho”, porque se você é escravo, você não está trabalhando, porque a premissa de trabalho é que você vai ser remunerado para aquilo. E a premissa de escravidão é o contrário disso, que você vai ter tudo tirado de você. Você vai receber o mínimo para sobreviver. Continuar atendendo aos interesses.

O ponto de partida nos assinala a chamada “descoberta” do Brasil pelos portugueses, em 1500. A imediata exploração da nova terra se iniciou com o simultâneo aparecimento da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas lágrimas, seu sangue, seu suor e seu martírio na escravidão. Por volta de 1530, os africanos, trazidos sob correntes, já aparecem exercendo seu papel de “força de trabalho”; em 1535 o comércio escravo para o Brasil estava regularmente constituído e organizado, e rapidamente aumentaria em proporções enormes (NASCIMENTO, 2016, p. 42).

O período de escravização no Brasil foi um dos processos mais violentos, onde começou a naturalização da violência contra os negros. O negro não tinha autonomia e mais do que isso, o negro, segundo o pensamento do colonizador foi feito para servir

e se ele foi feito para servir, do que que a gente está reclamando? Todo negro foi tentando se adequar a sociedade desigual, injusta. Tomavam tudo o que ele tinha e o tratavam como um nada. Ele tentou se adequar. Nesse processo foi onde se começou a dizer quanto vale uma pessoa negra. E, na verdade, para eles o negro não valia nada ou quase nada.

Quer isto dizer que os africanos escravizados não mereciam nenhuma consideração como seres humanos no que diz respeito à continuidade da espécie no quadro da família organizada. Daí que a proporção da mulher para o homem estava perto de uma para cinco, e as relativamente poucas mulheres que existiam estavam automaticamente impedidas de estabelecer qualquer estável estrutura de família. A norma consistia na exploração da africana pelo senhor escravocrata, e este fato ilustra um dos aspectos mais repugnantes do lascivo, indolente e ganancioso caráter da classe dirigente portuguesa. O costume de manter prostitutas negro-africanas como meio de renda, comum entre os escravocratas, revela que além de licenciosos, alguns se tornavam também proxenetas (NASCIMENTO, 2016, p. 54).

A história do Brasil é marcada por intensa miscigenação decorrente da nada pacífica chegada e permanência dos brancos europeus no país. A dominação portuguesa sobre o território brasileiro vinculou os negros escravizados trazidos do continente africano, os índios nativos, que lutavam pela permanência em suas terras e os brancos colonizadores vindos do continente europeu. Esse encontro, marcadamente violento e opressor resultou em inúmeras consequências políticas e econômicas e, ademais, deu origem a inúmeros encontros raciais, oriundos principalmente de uma intensa exploração sexual dos brancos sobre índios e negros (RIBEIRO, 2013, p.173-181).

Segundo Almeida (2019), há uma grande controvérsia sobre a etimologia do termo raça e que a princípio essa classificação era utilizada para nomear plantas e animais e posteriormente seres humanos.

Raça não é um termo fixo, estático. Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (ALMEIDA, 2019, p.19).

Partindo do pensamento de Almeida (2019) sobre o conceito de racismo ele não diz que são tipos de racismo, mas que são concepções do racismo, porque, para além de formas como racismo se manifesta na sociedade. É, essas concepções

também dizem respeito a formas como a gente vai entender o racismo para a partir daí, agir no seu combate.

[...] o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2019)

Podemos entender que um passado excludente, de silenciamento e tentativas de imposição de uma cultura sobre a outra faz com que até hoje se tenha uma hierarquização racial e de acordo com Almeida (2019), sendo operada a partir de dois registros básico que se complementam, sendo eles,

1. como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo;
2. como característica étnico-cultural, em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes, “a uma certa forma de existir”. A configuração de processos discriminatórios a partir do registro étnico-cultural Frantz Fanon denomina racismo cultural (ALMEIDA, 2019, p.24).

O Brasil em 1888 aboliu de vez a escravidão, porém esses escravizados foram colocados na sociedade sem nenhum tipo de auxílio e suporte, e decorrente desse fato sem ter para onde ir e sem trabalho foram tachados de preguiçosos e que não gostavam de trabalhar. E devido a essa herança histórica vinda de centenas de anos de escravidão nasceu o que é chamado de racismo estrutural (ALMEIDA, 2019).

[...] o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural (ALMEIDA, 2019, p.33).

Existe uma idealização sobre a “democracia racial” no Brasil, onde se acreditava que negros e brancos viviam em paz e harmonia, não existindo assim o racismo e que não existia nenhum tipo de problema decorrente dessa situação. Esta idealização esconde que uma verdade bem diferente, a de que negros vivem menos que brancos, ganham menos que as pessoas brancas, mesmo elas tendo a mesma escolaridade isso faz com que a “democracia racial” seja um mito e não uma realidade (NASCIMENTO, 2016).

Da classificação grosseira dos negros como selvagens e inferiores, ao enaltecimento das virtudes da mistura de sangue como tentativa de erradicação da “mancha negra”; da operatividade do “sincretismo” religioso à

abolição legal da questão negra através da Lei de Segurança Nacional e da omissão censitária – manipulando todos esses métodos e recursos – a história não oficial do Brasil registra o longo e antigo genocídio que se vem perpetrando contra o afro-brasileiro. Monstruosa máquina ironicamente designada “democracia racial” que só concede aos negros um único “privilégio”: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora (NASCIMENTO, 2016, p. 82).

A Constituição Federal (CF) de 1988, determina que todas as pessoas são iguais perante a lei e, portanto, em “tese” teria direitos igualitários.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 1988).

Embora a CF diga que somos todos iguais perante a lei os negros foram absolutamente deixados à margem da história do Brasil, e não se fala de como os negros foram escravizados, de como os direitos não eram iguais e continuam ainda não sendo, de como a população negra continua com dificuldades de acesso a saúde, a educação e aos direitos fundamentais.

[...] a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos. A meritocracia se manifesta por meio de mecanismos institucionais, como os processos seletivos das universidades e os concursos públicos. Uma vez que a desigualdade educacional está relacionada com a desigualdade racial, mesmo nos sistemas de ensino públicos e universalizados, o perfil racial dos ocupantes de cargos de prestígio no setor público e dos estudantes nas universidades mais concorridas reafirma o imaginário que, em geral, associa competência e mérito a condições como branquitude, masculinidade e heterossexualidade e cisnormatividade (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Quando pensamos na libertação dos escravizados, analisamos que o Brasil tem 523 anos de história, e desses, 300 anos foram marcados pela escravidão, ou seja, a escravização dos povos africanos, que começou em 1588 só foi terminar em 1888, com a Proclamação da República. Então com a Proclamação da República, o advento então da Liberdade dos negros. Nós não temos nenhuma medida que assegurasse aos negros que eles poderiam ter empregos e que eles trabalhassem de uma outra forma que não a mão-de-obra escrava (NASCIMENTO, 2016, p. 82).

Essa República não pensou em inserir a todos, muito pelo contrário. Era uma República que trazia dentro de si a questão da desigualdade. A questão da misoginia.

A questão de achar que a vida negra vale menos, a questão de não enxergar o negro como pessoa, continuou vendo-o como um objeto como coisa.

#### 4.1 O feminismo negro x o patriarcado branco

Um negacionismo histórico no Brasil, é o problema da desigualdade racial que a gente reconhece enquanto gênero, raça, classe social, sexualidade, mobilidade, enfim, como alguns marcadores produzem impactos para que a gente reforce algumas desigualdades.

[...] as classes quando materialmente consideradas também são compostas de mulheres, pessoas negras, indígenas, gays, imigrantes, pessoas com deficiência, que não podem ser definidas tão somente pelo fato de não serem proprietários dos meios de produção. [...] Para entender as classes em seu sentido material, portanto, é preciso, antes de tudo, dirigir o olhar para a situação real das minorias (ALMEIDA, apud ALMEIDA, 2019, p.61).

Quando a gente fala desigual, a gente fala no sentido de que oportunidades são postas de maneiras desiguais para essas pessoas. De que na sociedade que nós vivemos existem estereótipos. Em algum momento validado para um conhecimento que se dizia científico de que homens, negros ou pessoas negras têm mais propensão à criminalidade e isso foi construído socialmente. Então no imaginário da sociedade, as pessoas negras estão associadas à criminalidade, à promiscuidade (BERTH, 2019).

A população negra foi confinada, entre outras práticas, à desumanização de escravizados de ontem e de hoje – ainda que a escravização de hoje seja oculta e conseqüente de séculos de escravização de fato, já que a abolição completa da escravização de pessoas negras nem foi processada de maneira correta pela sociedade e avançou pouco mais do que algumas mudanças de legislação, muito devido à negação de saberes, produção e potencial intelectual negra que foi, é e tem sido mais um caminho eficiente para mantê-la no lugar da subalternidade (BERTH, 2019, p.40).

No caso do Brasil, que foram formados a partir do processo de colonização, as classes sociais foram formadas a partir de uma hierarquia racial. Então, quando a gente fala de classe no Brasil, não dá para a gente escapar de falar de raça. E as sujeições de gênero também, porque tem uma outra dificuldade que a gente tem, que é superar um pensamento binário, por exemplo, no caso da luta por emancipação feminina e dos movimentos que pedem equidade entre gêneros (BERTH, 2019).

“Ninguém nasce mulher, torna-se” (BEAUVOIR, 1949, p.307). Nós vivemos numa sociedade patriarcal, ou seja, uma sociedade em que um homem, é que tem que prover a casa. É o homem que manda, ele é o chefe da família, a mulher tem que ser obediente ao homem, tem que ser subserviente. Tornar-se mulher que a Simone de Beauvoir disse é justamente que nós vamos moldando, que somos moldadas para ser essas mulheres modelos, as mulheres perfeitas. Então, é esse peso que a Beauvoir (1949) vem trazer para o significado de ser mulher numa sociedade machista e numa sociedade patriarcal. Segundo Beauvoir (1949),

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Enquanto existe para si, a criança não pode apreender-se como sexualmente diferenciada. Entre meninas e meninos, o corpo é, primeiramente, a irradiação de uma subjetividade, o instrumento que efetua a compreensão do mundo: é através dos olhos, das mãos e não das partes sexuais que apreendem o Universo (BEAUVOIR, 1949, p.307).

A história da luta das mulheres e do feminismo é uma discussão antiga, que tem como marco histórico o movimento de lutas das mulheres por igualdade de direitos e deveres. As mulheres lutaram individualmente e coletivamente contra a dominação patriarcal e melhores condições de vida e trabalho, pois a partir daí, tomaram consciência das desigualdades a que eram submetidas (DAVIS, 2016).

E queridas irmãs, num país onde as mulheres são degradadas e brutalizadas, onde são expostas ao sangue humano debaixo do chicote – onde são vendidas, roubado os seus salários, tiradas dos seus maridos, saqueadas da sua virtude e da sua descendência; certamente nesse país é muito natural que as mulheres queiram saber a razão porque – especialmente quando esses ultrajes de sangue e horrores sem nome são praticados violando os princípios da nossa constituição. Por isso não podemos conceder a nossa posição, e por isso é que isto é um assunto político que as mulheres têm que segurar nas suas mãos e dos seus ouvidos e olhos, para saberem as coisas horríveis que são praticadas na sua terra. A negação do nosso dever para agir é a negação do nosso direito a agir [...] (DAVIS, 2016, p. 38)

Por meio do movimento feminista as mulheres conseguiram conquistar direitos e serem ouvidas pela sociedade e assim encorajando outras mulheres a entrarem na luta para combater as estruturas sexistas de poder (DAVIS, 2016).

No início de 1820 – muito antes da Convenção de Seneca Falls em 1848 – as mulheres trabalhadoras começaram a fazer “paragens” e greves, militantemente protestando contra a dupla opressão que sofriam como mulheres e como trabalhadoras da indústria. Em Dover New Hampshire, por

exemplo, as mulheres operárias saíram dos seus trabalhos em 1828 para dramatizar a sua oposição às recentemente instituídas restrições. Elas “chocaram a comunidade pelo desfile com faixas e bandeiras, disparando armas de pólvora” (DAVIS, 2016, p. 46)

O feminismo, busca a igualdade entre homens e mulheres. Porque a realidade do nosso país, mulheres ainda hoje, no século 20, exercem o mesmo cargo que o homem, trabalham nos mesmos cargos que trabalham para às vezes mais horas e ainda ganham menos (DAVIS, 2016).

Mas ao falarmos de feminismo, na verdade estamos falando de feminismos, pois o movimento tem várias vertentes e realidades diferentes umas das outras. E uma dessas vertentes é o feminismo negro que tem como base a luta por direitos das mulheres negras que ocupam de modo desigual espaços recheados de preconceitos e discriminação (DAVIS, 2016).

Se o reconhecimento acordado com as mulheres trabalhadoras na reunião de Seneca Falls não foi negligenciado, não haveria sequer uma menção sobre os direitos de outro grupo de mulheres que sentiam “rebelião contra as vidas nas quais nasceram”. No Sul elas revoltaram se contra a escravatura e no Norte contra a dúbia condição de liberdade chamada racismo. Enquanto havia pelo menos um homem negro nos conferencistas de Seneca Falls, não havia uma única mulher negra na assistência. Nem sequer os documentos da Convenção fizeram referência às mulheres negras. Para os iluminados organizadores abolicionistas, pareceria confuso que as mulheres escravas fossem inteiramente desprezadas (DAVIS, 2016, p. 46)

Essa desumanização e dito embrutecimento das mulheres negras é uma das coisas que diferencia o feminismo negro de outros. Muitas vezes, o feminismo liderado majoritariamente por mulheres brancas, sequer pensava na inclusão das negras nas suas lutas, elas eram ignoradas, ou tidas como coadjuvantes.

## 5 A MULHER NEGRA E O TRABALHO: DE ESCRAVIZADA À MÃO DE OBRA DOMINADA

[...] Aquele homem ali diz que é preciso ajudar as mulheres a subir numa carruagem, é preciso carregar elas quando atravessam um lamaçal e elas devem ocupar sempre os melhores lugares. Nunca ninguém me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei, eu plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum conseguiu me superar! E não sou uma mulher? Eu consegui trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as chicotadas! E não sou uma mulher? Pari cinco filhos e a maioria deles foi vendida como escravos. Quando manifestei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

SOJOURNER TRUTH (1851)

Esse trecho do discurso feito por Sojourner na Convenção pelos Direitos das Mulheres em 1851, marcava o início da crítica à invisibilidade da mulher negra até mesmo dentro dos movimentos feministas onde fazia parte. Apesar de já haver se passados mais de 170 anos, a realidade enfrentada pelas mulheres negras ainda é muito difícil.

As mulheres negras abolicionistas haviam desenvolvido uma consciência que refletia as suas próprias experiências como mulheres negras, assim como os aspectos sexistas que o ocasionavam e nesse aspecto de luta o Discurso de Sojourner Truth foi um dos principais marcos dessa luta.

[...] Daí eles falam dessa coisa na cabeça; como eles chamam isso... (alguém da audiência sussurra, “intelecto”). É isso querido. O que é que isso tem a ver com os direitos das mulheres e dos negros? Se o meu copo não tem mais que um quarto, e o seu está cheio, porque você me impediria de completar a minha medida?

Daí aquele homenzinho de preto ali disse que a mulher não pode ter os mesmos direitos que o homem porque Cristo não era mulher! De onde o seu Cristo veio? De onde o seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher! O homem não teve nada a ver com isso.

Se a primeira mulher que Deus fez foi forte o bastante para virar o mundo de cabeça para baixo por sua própria conta, todas estas mulheres juntas aqui devem ser capazes de conserta-lo, colocando-o do jeito certo novamente. E agora que elas estão exigindo fazer isso, é melhor que os homens as deixem fazer o que elas querem.

Agradecida a vocês por me escutarem, e agora a velha Sojourner não tem mais nada a dizer (GELEDES, 2014).

As mulheres negras escravizadas eram vistas e tratadas como se fossem bens móveis e desprovidas de gênero, elas trabalhavam e carregavam peso igualmente os homens. O gênero, na verdade, só aparecia quando elas tinham algum tipo de atrativo



físico, porque além delas trabalharem, serem mutiladas e chicoteadas elas eram estupradas e eram utilizadas como reprodutoras para seus senhores.

Segundo Davis (2016),

Mas as mulheres também sofreram de maneiras diferentes, porque eram vítimas de abuso sexual e outras barbaridades de maus tratos que apenas podem ser infligidas às mulheres. Os comportamentos dos donos de escravos para as mulheres escravas eram: quando era rentável explorá-las como se fossem homens, sendo observadas, com efeito, sem distinção de gênero, mas quando elas podiam ser exploradas, castigadas e reprimidas em formas ajustadas apenas às mulheres, elas eram fechadas dentro do seu papel exclusivo de mulheres. (DAVIS, 2016, p. 10).

Os senhores de engenho dividiam as mulheres escravizadas de acordo com a tonalidade de sua cor de pele. Quanto mais retinta fosse a escrava ela ficaria com os trabalhos pesados, e quanto menos retinta fosse, seria responsável pelos trabalhos domésticos da casa-grande, sofrendo com as longas jornadas de trabalho forçadas a elas (DAVIS, 2016).

O sistema da escravatura define os escravos como bens móveis. As mulheres eram olhadas não menos que os homens, eram vistas como unidades rentáveis de trabalho, elas não tinham distinção de gênero na medida das preocupações dos donos de escravos. Na opinião de um historiador “as mulheres escravas eram primeiro trabalhadoras a tempo inteiro para o seu dono e depois apenas incidentalmente uma esposa, uma mãe, uma dona de casa” (DAVIS, 2016, p. 10).

A mulher escravizada era submetida a todas as formas possíveis de exploração, servindo como fonte de renda para seus senhores, além de ser obrigada a servir de mercadoria sexual. Ademais, não bastassem os terríveis castigos, abusos sexuais e violência a que eram submetidas, as mulheres escravizadas exerciam outras atividades (BELL HOOKS, 2019)

[...] as mulheres negras trabalhavam no campo. Elas trabalhavam como enfermeiras, cozinheiras, costureiras, lavadeiras e criadas domésticas. O conhecimento popular de que as escravizadas negras que trabalhavam em casas de brancos automaticamente recebiam tratamento preferencial nem sempre é corroborado por relatos pessoais de escravizadas. Escravizadas domésticas eram menos sujeitadas às dificuldades que assolavam os trabalhadores do campo, mas eram mais propensas a sofrerem infundáveis crueldades e torturas, porque estavam constantemente na presença de senhoras e senhores exigentes (BELL HOOKS, 2019, p. 77)

Após o fim da escravidão a população negra acabou ocupando os lugares materiais e simbólicos mais vulneráveis socialmente, desencadeando particularidades

na inserção da mulher negra no mercado de trabalho, tendo em vista o recorte de gênero, raça e classe social. (DAVIS, 2016)

Segundo bell hooks (2019),

A sistemática desvalorização da mulheridade negra não foi uma simples consequência do ódio racial, foi um método calculado de controle social. Durante os anos da Reconstrução, pessoas negras alforriadas demonstraram que, se recebessem as mesmas oportunidades que eram dadas aos brancos, poderiam ser bem-sucedidas em todas as áreas. Suas realizações desafiavam diretamente as noções racistas sobre a inferioridade nata de raças de cor (BELL HOOKS, 2019, p. 77)

O Brasil sempre foi um país marcado por grande discriminação, especialmente de gênero e de raça, sendo a população negra a que enfrenta as maiores dificuldades para se inserir no mercado de trabalho formal e se colocarmos o recorte de gênero fica evidenciado que a posição da mulher negra no mercado de trabalho se dá de forma desigual e hierarquizada.

### **5.1 Dados atuais sobre a desigualdade racial e de gênero no mercado de trabalho**

Historicamente, a população negra foi lançada ao descaso pelo poder público, sem qualquer tipo de assistência de modo que isto trouxe impactos até os dias atuais tanto para o homem quanto para a mulher negra, reflexo expresso nas estatísticas apresentadas por diversas publicações/estatísticas, como o retrato das desigualdades de gênero e raça. A Publicação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2015), aponta que: enquanto os homens brancos possuíam o maior índice de formalização com carteira assinada (44%), as mulheres negras apresentavam o pior índice (36%) (IPEA, 2015).

O racismo nas empresas foi exposto em uma pesquisa do Instituto Ethos de 2016. As pessoas negras no país ocupam apenas 3,6% dos cargos de gerente. E 4,7% estão no quadro de executivos de grandes. Por outro lado, 57% das vagas de baixa exigência profissional são ocupadas majoritariamente por negros. (www.ethos.org.br, 2016).

A população negra passou por muitas coisas ao longo dos anos, sendo algumas delas: as altas taxas de feminicídio, há grande número de mulheres ainda no trabalho doméstico, assassinato sistêmico de jovens negros, a maior população

carcerária e sem falar os baixos índices de inclusão educacional existente, gerando assim uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho formal. Segundo o IBGE,

um dos principais indicadores do mercado de trabalho, a taxa de desocupação foi, em 2019, de 9,3%, para brancos, e 13,6% para pretos ou pardos. Entre as pessoas ocupadas, o percentual de pretos ou pardos em ocupações informais chegou a 47,4%, enquanto entre os trabalhadores brancos foi de 34,5%. O resultado reflete a maior participação dos pretos e pardos em trabalhos característicos da informalidade, como por exemplo atividades agropecuárias, que tinha 62,7% de ocupados pretos ou pardos, construção, com 65,2%, e serviços domésticos, 66,6% (IBGE, 2020)

O mercado de trabalho tem se tornado cada vez mais competitivo e excludente, ao selecionar quem deve fazer parte dele. Sobretudo, ao tratar de critérios para a inserção no mercado de trabalho, a realidade da mulher negra nesse espaço se torna precária e desvantajosa. São as mulheres negras que mais sofrem com a questão da empregabilidade em seu cotidiano. Diante de tal condição, a mulher negra sofre com as consequências de um processo discriminador herdado pelo sistema patriarcal e sexista (RIBEIRO, 2017).

Sobre o assunto, Ribeiro (2017) destaca que:

Existe um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções e, para além de refutar esse olhar, é preciso que partamos de outros pontos [...], dizer que a mulher não é pensada a partir de si, mas em comparação ao homem, é como se ele pudesse se opondo, fosse o outro do outro do homem, aquela que não é homem (RIBEIRO, 2017, p. 21)

A mulher negra é a que começa mais cedo a trabalhar e é a que passa mais tempo trabalhando e mesmo assim nós ainda ocupamos a maioria dos cargos subalternos, principalmente aqueles voltados ao trabalho manual, não que isso de alguma forma seja menos importante, mas é complicado você pensar que nós, mulheres negras, ocupamos majoritariamente essas posições no mercado de trabalho.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O passado colonial foi “memorizado” no sentido em que “não foi esquecido”. Às vezes, preferimos não lembrar, mas, na verdade, não se pode esquecer. A teoria da memória de Freud é, na realidade, uma teoria do esquecimento. Ela pressupõe que todas as experiências, ou pelo menos todas as experiências significativas, são registradas, mas que algumas ficam indisponíveis para a consciência como resultado da repressão e para diminuir a ansiedade. Já outras, no entanto, como resultado do trauma, permanecem presentes de forma espantosa. Não se pode simplesmente esquecer e não se pode evitar lembrar.

GRADA KILOMBA, 2019.

Por meio desta pesquisa analisamos que o racismo influencia na vida profissional da população negra, que são populações que têm a sua cor da pele negra, atrelado a uma narrativa de inferioridade ou junto a uma experiência social, que as impede/dificulta de ascender socioeconomicamente e de estarem em determinadas profissões ou sonharem com determinadas profissões.

O estudo sobre as desigualdades raciais é um tema de extrema relevância na atualidade, sendo objeto de estudo em diversos espaços. O estudo abarca a compreensão do lugar da mulher negra nas forças produtivas, na estratificação social da produção e reprodução da vida. É desta forma que se configuram as dimensões de raça, classe e gênero, aos moldes do capitalismo.

Conforme o crescimento do capitalismo, cria-se uma política de imigração para a mão-de-obra assalariada, de modo que esse projeto não incluía a população negra, situação que acabou gerando a institucionalização da desigualdade racial em diversos países, inclusive no Brasil.

É fato que tivemos, no Brasil, um avanço na atualidade da realidade de mulheres negras trabalhadoras em diversas áreas de atuação, porém esses avanços ainda não são suficientes e as mulheres negras ainda sofrem com o peso maior do machismo, do racismo e da invisibilidade social, e para ajudar a romper com essa dura realidade e dar voz a essas mulheres, precisamos não somente de leis e equiparação salarial, segundo a atual Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, "É preciso ter uma discussão com a sociedade e também sobre a política de cuidados." E acrescento que é preciso de uma equiparação educacional para que possamos avançar em melhorias dessa triste realidade em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Jandaira, 2019.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**: Edição Comemorativa 1949-2019. Nova Fronteira, 2020.

bell hooks. **E eu não sou mulher?** Tradução Bhuvi Libanio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. Editora Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiane. 1ª ed. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

ETHOS. **Profissionais negras demandam mais políticas afirmativas no mercado corporativo brasileiro**. 2018 Disponível em: <https://www.ethos.org.br/cedoc/profissionais-negras-demandam-mais-politicas-afirmativas-no-mercado-corporativo-brasileiro/>

FGV DIREITO RIO. **O vazio deixado pelas referências que se vão** – Ou: perdemos bell hooks. 2021 Disponível em: <https://direitorio.fgv.br/noticia/o-vazio-deixado-pelas-referencias-que-se-vaou-perdemos-bell-hooks>

GELEDES. **E não sou uma mulher?** – Sojourner Truth. 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>

IBGE. <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/29433-trabalho-renda-e-moradia-desigualdades-entre-brancos-e-pretos-ou-pardos-persistem-no-pais>

IPEA. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. **Texto para discurso**. Brasília: 2017. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/170306\\_retrato\\_das\\_desigualdades\\_de\\_genero\\_raca.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/170306_retrato_das_desigualdades_de_genero_raca.pdf).

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: Episódios de racismo cotidiano. Editora Cobogó. 2019.

MINAYO, M. C. S. (ORG.); DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

NASCIMENTO, A. do. **O Genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. 3ª ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PRATES, Jane Cruz. **A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social.** Revista Textos & Contextos Porto Alegre v. 6 n. 2 p. 221-232. jul./dez. 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro:** A formação e o sentido do Brasil. Global Editora. 2013. p.173-181.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017. (Coleção: Feminismos Plurais).

SOUZA. Simone de Freitas Conceição; LOPES. Carla Joelma de Oliveira; MASCARENHAS; Carlos Alberto de Souza (Orgs.). **Negritude em Tempo de Cólera.** Vol. 2. Paco Editorial, 2020.

TEODORO, Helena. **Mito e Espiritualidade:** Mulheres Negras, Pallas, Rio de janeiro, 1996. p.44.